

## **METODOLOGIA DE PESQUISA: A DIMENSÃO SOCIAL DO MÉTODO E A TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

*RESEARCH METHODOLOGY: THE SOCIAL DIMENSION OF THE METHOD AND THE TRANSFORMATION OF REALITY IN CONTEMPORARY SOCIETY*

50

Letícia Ribeiro Noble<sup>1</sup>

### **RESUMO**

A metodologia de pesquisa, mais do que um conjunto de procedimentos técnicos, constitui-se como prática social carregada de significados, refletindo escolhas, valores e compromissos assumidos pelos pesquisadores diante da realidade. Em um cenário contemporâneo marcado por rápidas transformações, crises sociais e intensificação das desigualdades, compreender essa dimensão social da pesquisa torna-se indispensável. Pesquisar não é apenas buscar conhecimento pelo conhecimento, mas agir intencionalmente sobre o mundo, contribuindo para a construção de soluções que respondam a problemas concretos e complexos. O presente estudo teve como objetivo discutir a metodologia de pesquisa enquanto instrumento de intervenção e transformação social, ressaltando seu papel ativo na produção de conhecimento comprometido com a equidade, a justiça e a cidadania. Ao reconhecer que toda investigação envolve escolhas que não são neutras, mas situadas historicamente, política e culturalmente, buscou-se evidenciar a centralidade do pesquisador como agente social responsável por orientar práticas científicas voltadas à transformação da realidade. A metodologia adotada foi uma revisão de literatura fundamentada em referenciais clássicos e críticos sobre epistemologia e pesquisa científica. Essa estratégia permitiu analisar diferentes perspectivas acerca do caráter social da metodologia, destacando que as decisões metodológicas carregam implicações éticas e políticas, repercutindo diretamente nos resultados e em sua aplicabilidade social. Os resultados da análise indicaram que a pesquisa, quando orientada por princípios éticos e comprometida com a realidade, contribui para a promoção da justiça social, para o fortalecimento da cidadania e para a valorização da diversidade. A metodologia, nesse contexto, mostra-se como instrumento capaz de dar visibilidade a grupos historicamente silenciados, de tensionar estruturas excludentes e de fomentar práticas emancipatórias, reafirmando a ciência como bem coletivo. Conclui-se que a metodologia de pesquisa deve ser compreendida como elemento ativo na construção de uma sociedade mais justa, crítica e democrática. Ao ultrapassar a dimensão técnica e assumir seu caráter social, o método torna-se meio de transformação e não apenas de descrição, reforçando que o papel do pesquisador não se restringe à aplicação de técnicas, mas envolve uma responsabilidade ética e crítica pela realidade estudada. Assim, investigar é também um gesto de compromisso com a dignidade humana, com a inclusão e com a transformação social.

<sup>1</sup> Graduada em Fisioterapia pelo Centro Universitário da Região da Campanha (URCAMP) e Pós-graduada em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI).

**Palavras-chave:** Metodologia de pesquisa; Análise social; Sociedade.

### ABSTRACT

*Research methodology, more than a set of technical procedures, is constituted as a social practice imbued with meanings, reflecting the choices, values, and commitments assumed by researchers in the face of reality. In a contemporary scenario marked by rapid transformations, social crises, and growing inequalities, understanding this social dimension of research becomes indispensable. Research is not merely the pursuit of knowledge for its own sake but an intentional act upon the world, contributing to the construction of solutions that address concrete and complex problems. The present study aimed to discuss research methodology as an instrument of intervention and social transformation, emphasizing its active role in producing knowledge committed to equity, justice, and citizenship. By recognizing that every investigation involves choices that are not neutral but historically, politically, and culturally situated, the study sought to highlight the centrality of the researcher as a social agent responsible for guiding scientific practices toward the transformation of reality. The methodology adopted was a literature review grounded in classical and critical references on epistemology and scientific research. This strategy made it possible to analyze different perspectives on the social character of methodology, stressing that methodological decisions carry ethical and political implications, directly impacting results and their social applicability. The analysis indicated that research, when guided by ethical principles and commitment to reality, contributes to the promotion of social justice, the strengthening of citizenship, and the appreciation of diversity. In this context, methodology emerges as an instrument capable of giving visibility to historically silenced groups, challenging exclusionary structures, and fostering emancipatory practices, reaffirming science as a collective good. It is concluded that research methodology must be understood as an active element in building a fairer, more critical, and more democratic society. By transcending its technical dimension and assuming its social character, the method becomes a means of transformation rather than mere description, reinforcing that the researcher's role goes beyond the application of techniques to encompass an ethical and critical responsibility toward the studied reality. Thus, investigating is also an act of commitment to human dignity, inclusion, and social transformation.*

**Keywords:** Research methodology; Social analysis; Society.

## INTRODUÇÃO

A metodologia de pesquisa é entendida como um conjunto de procedimentos técnicos voltados à produção de conhecimento e adquire na sociedade contemporânea, uma dimensão que transcende os limites da sistematização científica. Mais do que um instrumento de validação do saber, a

metodologia configura-se como agente ativo na transformação da realidade social (Leite; Bonamino, 2021).

Em um contexto marcado por profundas desigualdades, avanços tecnológicos acelerados e constantes desafios éticos, a função da pesquisa ultrapassa a mera descrição dos fenômenos: torna-se imperativo que ela contribua efetivamente para a construção de soluções que promovam o bem-estar coletivo e a justiça social. Autoras como Marconi e Lakatos (2004) destacam que toda investigação nasce de uma necessidade concreta, e, portanto, é indissociável da realidade social em que se insere. Esse entendimento rompe com a noção de neutralidade científica e posiciona o pesquisador como ator responsável pela interpretação e transformação do meio que estuda.

A metodologia de pesquisa, nesse sentido, não é neutra: ela reflete escolhas éticas, políticas e sociais e cada decisão metodológica — da definição do problema à seleção das técnicas de análise — carrega consigo implicações que podem contribuir para a manutenção ou para a transformação da ordem social. Gil (2002), ao discutir os objetivos da pesquisa, reforça que esta deve ser orientada não apenas para o conhecimento, mas também para a intervenção.

A pesquisa aplicada, por exemplo, é um instrumento de modificação da realidade, ao buscar soluções práticas para problemas específicos. Um exemplo emblemático é o desenvolvimento de estudos voltados para a inclusão digital em comunidades marginalizadas, que, ao investigar as barreiras ao acesso tecnológico, propõem políticas públicas e projetos de capacitação que reduzem a desigualdade social. Nesse cenário, a metodologia deixa de ser um mero roteiro técnico e se transforma em uma estratégia de emancipação social (Guilherme; Sheron, 2021).

Bardin (1991), ao abordar a análise de conteúdo, chama a atenção para a necessidade de uma leitura crítica dos dados coletados. A interpretação dos fenômenos sociais exige sensibilidade e compromisso ético, pois todo dado é produto de relações humanas complexas. Analisar discursos políticos, por exemplo, vai além de registrar palavras: implica compreender contextos,

interesses e implicações sociais que moldam a comunicação. Assim, a metodologia torna-se não apenas um meio de acesso à realidade, mas também uma ferramenta para sua crítica e transformação.

Na contemporaneidade, caracterizada por desafios globais como a crise ambiental, a exclusão social e as ameaças à democracia, a responsabilidade social da pesquisa se torna ainda mais evidente. Pesquisar é também intervir; produzir conhecimento é, inevitavelmente, participar da construção do mundo. A escolha de temas relevantes, a adoção de métodos éticos e a disseminação de resultados acessíveis à sociedade representam compromissos que devem orientar a prática científica (Saviani, 2021).

Compreender a metodologia como prática social é admitir que pesquisar não se esgota em seguir etapas lineares, mas envolve escolhas que situam o pesquisador em meio a disputas de sentido. Cada decisão — do recorte do objeto à forma de interpretar os dados — carrega uma posição diante da realidade. Ao assumir essa condição, a metodologia deixa de ser apenas um manual de procedimentos e se converte em um espaço de diálogo crítico com os contextos históricos e sociais que a sustentam. É nesse diálogo que a pesquisa revela contradições, expõe silêncios e abre brechas para repensar estruturas que naturalizam a desigualdade (Morais, 2022).

Nessa perspectiva, a metodologia não se limita a observar grupos ou fenômenos: ela reconhece que os sujeitos pesquisados também produzem saber. Incorporar essas vozes significa romper com a lógica que reduz comunidades periféricas ou minorias a meros objetos de análise. Quando a pesquisa se abre para escutar e legitimar essas narrativas, não apenas amplia sua capacidade explicativa, mas reafirma um compromisso ético com a democratização do conhecimento. O método, então, deixa de ser um filtro que exclui e se torna um canal que valoriza experiências plurais (Resende, 2023).

Assumir a pesquisa como força ativa de transformação é reconhecer que seus efeitos ultrapassam a esfera acadêmica. O impacto não está apenas no artigo publicado, mas no modo como os resultados podem subsidiar políticas públicas, inspirar práticas sociais e fortalecer lutas coletivas. Nesse sentido, cada

investigação é também um gesto de compromisso: não basta descrever a realidade, é preciso intervir nela de forma a ampliar direitos, proteger vidas e abrir caminhos para uma sociedade menos desigual. A metodologia, nesse horizonte, é mais do que técnica — é ação social carregada de responsabilidade (Ranzi *et al.*, 2024).

A pesquisa não ocorre em um vácuo; ela é parte de um contexto social mais amplo, moldado por valores, interesses e relações de poder. Nesse sentido, a própria epistemologia da pesquisa, entendida como reflexão crítica sobre a forma pela qual o conhecimento é construído, evidencia que a produção científica não pode ser isolada de processos históricos, culturais e políticos. Isso significa que toda escolha metodológica, mesmo aquelas que parecem meramente técnicas, está atravessada por decisões que carregam implicações éticas e sociais. Assim, a metodologia de pesquisa deixa de ser neutra e assume um papel de arena em que se negociam perspectivas, interesses e agendas capazes de repercutir diretamente nas condições de vida de grupos frequentemente marginalizados (Paiva, 2022).

Silva *et al.* (2021) reforçam essa compreensão ao demonstrar que a definição do que se entende por “conhecimento válido” é inseparável dos compromissos éticos e sociais assumidos pelo pesquisador. Não se trata apenas de validar hipóteses, mas de reconhecer que os resultados da investigação científica têm potencial de influenciar práticas, políticas e modos de organização social. Em um mundo cada vez mais interdependente, marcado por crises ambientais e desigualdades persistentes, torna-se imperativo que a pesquisa ultrapasse a função descritiva e se coloque como prática comprometida com a proposição de alternativas concretas para os problemas enfrentados pela coletividade.

Compreender que a pesquisa nunca é neutra é reconhecer que todo saber implica uma escolha de mundo. Optar por investigar saúde pública, agroecologia, desigualdade ou inclusão não é apenas um recorte técnico: é um posicionamento diante da sociedade. A suposta neutralidade, quando reivindicada, pode funcionar como ocultação de privilégios e manutenção de

silêncios. Por isso, a iniciação científica e os projetos de extensão constituem instrumentos centrais para cultivar uma ciência comprometida. Eles evidenciam que o conhecimento não deve se encerrar no artigo ou na tese, mas precisa circular, retornar e gerar sentido no espaço em que a vida acontece. A ciência é sempre fruto coletivo, e sua legitimidade não está apenas nos pares que a validam, mas também nas comunidades que a acolhem e a transformam. Em tempos de crises sociais e ambientais, essa perspectiva se torna ainda mais urgente, pois uma ciência que se reconhece como prática situada e comprometida possui mais condições de responder a desafios complexos. O estudante que vivencia desde cedo a iniciação científica e a extensão aprende que pesquisar é, acima de tudo, um gesto de devolução: contribuir para que o mundo se torne mais habitável, justo e digno (Silva *et al.*, 2021).

Essa compreensão encontra ressonância no que Antônio Cândido afirma em *O direito à literatura*. Para o autor, não se deve aceitar a divisão da sociedade em “esferas incomunicáveis”, em que a cultura erudita estaria restrita a poucos e a cultura popular relegada a outros. Assim como a literatura deve ser reconhecida como um direito humano universal — indispensável para a formação integral e para a vida em sociedade —, também o conhecimento científico precisa ser compreendido como patrimônio comum. Ao ampliar o conceito de literatura, incluindo desde o folclore até as formas mais complexas de expressão escrita, Cândido mostra que a cultura não pode ser hierarquizada em níveis estanques. De forma paralela, pensar a ciência como direito significa rejeitar a ideia de que apenas determinados grupos tenham acesso a ela, seja como produtores ou como beneficiários. Nesse sentido, a iniciação científica e os projetos de extensão cumprem a função de romper fronteiras: aproximam saber acadêmico e saber popular, assegurando que a pesquisa não se restrinja a círculos fechados de especialistas, mas circule como força humanizadora (Cândido, 1995).

Como defendem Marconi e Lakatos (2004) e Gil (2002), a pesquisa não deve limitar-se à coleta de dados ou à ampliação do conhecimento em abstrato: precisa operar como instrumento de compreensão crítica das interações sociais,

tornando-se catalisadora de mudanças. O processo investigativo, quando orientado por métodos adequados, não apenas revela a complexidade dos problemas, mas também oferece caminhos de transformação que dialogam com a inclusão social, a sustentabilidade e a dignidade das populações vulneráveis (Imbérnon, 2021). Ao mesmo tempo, ao ecoar o argumento de Cândido, compreende-se que tanto a literatura quanto a ciência devem ser vistas como bens universais, capazes de confirmar e expandir nossa humanidade. Negar indivíduos e comunidades o acesso a elas não significa apenas restringir oportunidades culturais e intelectuais, mas também violar um direito fundamental.

Por isso, a metodologia social, como lembra Bardin (1991), adquire caráter reflexivo e transformador ao revelar estruturas de poder, ideologias e normas que moldam a vida coletiva. Técnicas como entrevistas, análises de conteúdo, etnografias ou estudos de caso permitem que o pesquisador se coloque como mediador entre o saber acadêmico e as experiências concretas dos indivíduos. Essa mediação, quando orientada por uma compreensão ética e social, assegura que a pesquisa não apenas descreva realidades, mas dialogue criticamente com elas e produza conhecimento que retorne em forma de transformação.

Com esse entendimento, este estudo buscou analisar o uso de técnicas capazes de amplificar a voz de grupos historicamente silenciados, como comunidades periféricas, minorias étnicas ou pessoas em situação de rua. Ao abrir espaço para que essas narrativas emergissem, a pesquisa não apenas registrou experiências, mas potencializou o impacto dessas vozes na formulação de políticas públicas e ações sociais inclusivas. Dessa forma, a metodologia torna-se um gesto político e ético, que reconhece a pluralidade de saberes e trabalha pela construção de uma sociedade mais justa e equânime.

## METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado por meio de uma revisão de literatura narrativa, com ênfase em obras clássicas e contemporâneas de metodologia científica e análise social. Foram analisadas as contribuições teóricas de Marconi e Lakatos (2004), Gil (2002) e Laurence Bardin (1991), buscando identificar e discutir os fundamentos que sustentam a dimensão social do método de pesquisa. A seleção dos materiais considerou obras que abordam a pesquisa científica como instrumento de intervenção social e transformação da realidade, com análise qualitativa dos conteúdos extraídos. O método empregado foi de natureza exploratória e interpretativa, focado na reflexão crítica sobre a função social da pesquisa na sociedade atual.

57

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise revelou que a metodologia de pesquisa carrega, em sua essência, uma dimensão social frequentemente negligenciada em abordagens puramente técnicas. Conforme ressaltam Marconi e Lakatos (2004), toda pesquisa parte de uma realidade concreta e é, inevitavelmente, influenciada pelas necessidades, tensões e expectativas sociais. A epistemologia da pesquisa evidencia que a escolha dos objetos de estudo, das abordagens metodológicas e dos instrumentos analíticos não é neutra: pesquisar é, de maneira intrínseca, uma forma de agir sobre a realidade.

Nesse sentido, torna-se fundamental reconhecer que a pesquisa científica não é apenas um exercício acadêmico restrito a especialistas, mas uma prática social que responde a demandas coletivas. O modo como se define um problema de investigação e se selecionam os métodos está diretamente relacionado às condições históricas e sociais em que o pesquisador se insere. Assim, a ciência não pode ser compreendida como instância isolada da vida social, mas como parte de um movimento maior que envolve disputas de interesses, relações de poder e possibilidades de emancipação. Quando vista sob esse prisma, a metodologia adquire uma dimensão ética e política, revelando-se como um



espaço de escolhas que podem legitimar desigualdades ou, ao contrário, promover processos de mudança (Kama, 2025).

A produção do conhecimento está, portanto, entrelaçada a valores, interesses e contextos históricos, configurando-se como prática social situada e carregada de intencionalidade. Sob essa perspectiva, a pesquisa social não deve se limitar a uma observação passiva dos fenômenos sociais, mas deve engajar-se ativamente na análise crítica das estruturas de poder que moldam esses fenômenos e na formulação de alternativas emancipatórias. A metodologia, enquanto expressão prática e teórica da epistemologia, transforma-se em instrumento de questionamento e reconstrução das normas sociais e das instituições, contribuindo para um modelo de desenvolvimento mais justo e equitativo (Leite; Soares, 2021).

Isso significa que o papel do pesquisador vai além da aplicação correta de técnicas ou do cumprimento formal de etapas. Sua tarefa é interpretar criticamente os dados e os contextos que analisa, compreendendo que o conhecimento gerado não é neutro, mas carrega consigo potenciais consequências sociais. Essa compreensão é ainda mais relevante em sociedades marcadas por desigualdades estruturais, nas quais as escolhas metodológicas podem contribuir para dar visibilidade a vozes silenciadas ou, inversamente, reforçar a marginalização. A metodologia, nesse caso, não é apenas uma ferramenta de produção de informações, mas um recurso de transformação, que possibilita tensionar discursos dominantes e construir novos horizontes de interpretação e ação (Arantes; Peres, 2021).

A conscientização do papel transformador da pesquisa impõe a necessidade de formar pesquisadores críticos, éticos e socialmente comprometidos, capazes de compreender que o conhecimento não é um fim em si mesmo, mas um meio de promover a dignidade humana e a justiça social. Nesse sentido, Gil (2002) reforça essa abordagem ao destacar que a pesquisa científica é, fundamentalmente, uma atividade intencional, orientada para a solução de problemas concretos. O método de pesquisa, assim, não é apenas

um instrumento de observação da realidade, mas também um caminho de intervenção e transformação social.

A aproximação entre ciência e sociedade evidencia que a legitimidade da produção acadêmica não se encontra exclusivamente no reconhecimento dos pares, mas também na sua capacidade de dialogar com as demandas coletivas e de propor soluções que impactem positivamente a vida das pessoas. Esse movimento rompe com a visão elitista de uma ciência enclausurada e contribui para que o conhecimento seja compreendido como bem público, destinado a circular e gerar efeitos concretos no mundo. Em especial na pesquisa aplicada, esse caráter transformador se torna evidente, já que os resultados não apenas descrevem problemas, mas oferecem subsídios para a formulação de políticas públicas, práticas comunitárias e estratégias de desenvolvimento sustentável (Silva *et al.*, 2024).

Bardin (1991), ao abordar a análise de conteúdo, reforça a compreensão de que a produção científica exige mais do que a simples coleta e sistematização de dados. Para ela, a interpretação deve ser realizada com um olhar crítico e consciente, no qual o pesquisador não atua como reprodutor neutro de informações, mas como sujeito ativo que atribui sentido ao material analisado. O ato de ler, classificar e interpretar envolve considerar os contextos sociais, históricos e políticos que atravessam os fenômenos, de modo que a análise não se esgote em categorias estanques, mas revele contradições, disputas e tensões presentes na realidade. A análise crítica, nesse sentido, deixa de ser apenas um recurso metodológico para se configurar como ferramenta estratégica, capaz de orientar práticas e intervenções que alterem ou melhorem as condições concretas de vida das populações estudadas.

Na sociedade contemporânea, marcada por desigualdades persistentes e pelo ritmo acelerado das transformações tecnológicas e culturais, essa perspectiva assume ainda maior relevância. O pesquisador é convocado a ampliar sua função: não apenas registrar ou interpretar a realidade, mas comprometer-se com a proposição de alternativas que contribuam para a inclusão, a justiça social e a sustentabilidade. O conhecimento científico, quando

situado nesse horizonte crítico, deixa de ser visto como produto isolado da academia e passa a ser compreendido como parte de um esforço coletivo de construção de respostas aos desafios sociais. Assim, a epistemologia da pesquisa, ao reconhecer o caráter histórico e social do saber, rompe com a noção de neutralidade aparente e reafirma a necessidade de práticas metodológicas comprometidas com a transformação concreta da realidade (Kocchan, 2021).

## CONCLUSÃO

A metodologia de pesquisa não pode ser entendida apenas como um conjunto de etapas técnicas destinadas à coleta e sistematização de informações. Ela é, antes de tudo, uma prática social carregada de intencionalidades, que envolve escolhas conscientes sobre o que observar, como interpretar e de que forma devolver à sociedade o conhecimento produzido. Pesquisar significa decidir quais vozes terão espaço, quais fenômenos serão iluminados e quais permanecerão invisíveis, e isso por si só já traduz um gesto ético e político. Nesse sentido, toda investigação ultrapassa o caráter descritivo e se inscreve como ação social que incide sobre a realidade.

O caráter não neutro da pesquisa exige reconhecer que cada decisão metodológica traz consigo valores, interesses e compromissos. A suposta neutralidade científica, frequentemente evocada para legitimar resultados, não resiste a uma análise crítica, pois todo saber é produzido em contextos históricos e sociais específicos. Negar esse enraizamento equivale a ocultar privilégios e a reforçar desigualdades, perpetuando silêncios que poderiam ser questionados. A metodologia, portanto, deve ser compreendida como campo em que se disputam sentidos e no qual se decide se a ciência servirá à manutenção de estruturas excludentes ou à construção de alternativas emancipatórias.

Essa dimensão amplia a responsabilidade do pesquisador, que não pode se limitar ao papel de observador distante. Seu lugar é o de mediador entre o conhecimento acadêmico e as demandas concretas da sociedade, assumindo

que a produção de saberes só faz sentido se dialogar com os problemas reais que afetam a coletividade. Dessa forma, a metodologia se torna ponte entre teoria e prática, permitindo que a ciência não apenas interprete o mundo, mas participe ativamente da sua transformação. A postura crítica e reflexiva, nesse contexto, é o que confere legitimidade à pesquisa e a insere como força social capaz de alterar realidades.

A consciência dessa função torna evidente que a pesquisa não pode ser vista como produto encerrado em artigos ou relatórios, mas como processo em constante diálogo com a sociedade. O conhecimento precisa circular, retornar e gerar impacto nos espaços em que a vida acontece, transformando-se em ferramenta de ampliação de direitos e de fortalecimento da cidadania. Quando orientada por essa perspectiva, a metodologia se torna meio de valorização das vozes historicamente silenciadas, reconhecendo experiências e saberes que frequentemente foram excluídos do campo científico. Ao abrir espaço para essa pluralidade, a ciência reforça seu papel de bem coletivo.

O caráter transformador da metodologia de pesquisa também se revela na sua capacidade de subsidiar políticas públicas, orientar práticas comunitárias e inspirar mudanças culturais. A produção científica não se encerra na acumulação de dados; ela se projeta sobre a vida social ao oferecer diagnósticos, interpretações e propostas que podem alterar caminhos. É nesse ponto que a pesquisa deixa de ser apenas registro da realidade e se converte em instrumento de intervenção, capaz de provocar deslocamentos significativos em contextos marcados por desigualdades e contradições.

Assim, a ciência se afirma como bem comum, cujo valor não reside apenas no reconhecimento dos pares, mas também no impacto que gera sobre a coletividade. Produzir conhecimento é um compromisso que ultrapassa o espaço acadêmico e exige responsabilidade diante das consequências que cada investigação pode ter. A legitimidade da pesquisa, portanto, não está apenas no rigor metodológico ou na consistência teórica, mas na sua capacidade de dialogar com as necessidades sociais e de contribuir para a construção de um futuro menos desigual.

Nesse processo, o pesquisador assume um papel central. Mais do que um técnico que aplica métodos, ele é agente social, responsável por fazer do conhecimento um recurso de transformação. Cada escolha metodológica implica assumir uma posição diante do mundo, e essa posição pode tanto reforçar a reprodução das desigualdades quanto abrir espaço para mudanças. Reconhecer esse poder é compreender que a metodologia não é neutra e que o compromisso ético é indissociável da prática científica.

Concluir pela centralidade da dimensão social da metodologia é afirmar que toda pesquisa, em maior ou menor escala, carrega consigo a potência de intervir na realidade. Ela não é apenas exercício intelectual, mas gesto de compromisso com a dignidade humana, com a justiça social e com a construção de alternativas emancipatórias. Ao assumir essa perspectiva, o pesquisador reafirma que a ciência não se limita a interpretar o mundo, mas participa ativamente da tarefa de transformá-lo, devolvendo à sociedade respostas que ampliam direitos e consolidam a vida em comum como horizonte da prática científica.

Dessa forma, a metodologia de pesquisa ultrapassa o entendimento restrito de conjunto de técnicas e procedimentos formais e integra valores éticos, compromissos sociais e fundamentos epistemológicos que orientam não apenas o fazer científico, mas também os impactos que este gera no tecido social. Cada escolha metodológica traduz uma postura diante do mundo, revelando intenções e prioridades que podem reforçar ou desconstruir desigualdades, de modo que ao assumir esse caráter ampliado, a metodologia se constitui como meio pelo qual o conhecimento científico se converte em força ativa de mudança e emancipação, reafirmando seu papel não apenas na produção de saberes, mas na construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, S. L. F.; PERES, S. O. Metodologias ativas em programas e projetos de Iniciação Científica, Educação Científica e Divulgação Científica. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 2, p. 13496-13515, 2021.

BARDIN, L. **Análisis de contenido**. Ediciones Akal, 1991.

CÂNDIDO, A. **O direito à literatura**. In: Vários escritos. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 235-263.

DE FARIA, J. H. **Introdução à epistemologia: dimensões do ato epistemológico**. Paco e Littera, 2022.

GIL, A. C. *et al.* **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUILHERME, A. A.; CHERON, C. **Guia prático de pesquisa em Educação**. 2021.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. Cortez editora, 2022.

KAMA, A. F. L. F. **O lugar do livro na produção, distribuição e uso do conhecimento científico nas ciências sociais e humanas**. 2025.

KOCHHANN, A. **A Produção Acadêmica e a Construção Do Conhecimento Científico: Concepções, Sentidos E Construções**. Editora Kelps, 2021.

LEITE, A. F. M.; BONAMINO, A. M. C. de. **Letramento científico: um estudo comparativo entre Brasil e Japão**. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, p. e07760, 2021.

LEITE, M. B.; SOARES, M. H. F. B. **Contextualização: para além das narrativas sistêmicas a favor da interdisciplinaridade**. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 26, n. 2, p. 56, 2021.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

MORAIS, E. M. **Formação em Ciências Sociais e sentidos da profissão docente constituídos por estudantes universitários: caminhos, perspectivas e movimentos formativos**. 2022.

PAIVA, L. E. B. **Discussão sobre epistemologia**. **Textos para Discussão-ISSN 2447-8210**, v. 1, n. 1, p. 851-860, 2022.

RANZI, A. P. *et al.* **10 Anos da Revista Contraponto: Desafios e Perspectivas para uma Publicação Discente Engajada**. **Revista Contraponto**, v. 11, p. e145975-e145975, 2024.



RESENDE, G. R. B. **Temáticas e tensões sociais contemporâneas na TV infantil: Estudo de casos Brasil e Argentina.** 2023. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SAVIANI, D. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil.** Autores Associados, 2021.

SILVA, J. H. C. A. da *et al.* **Planejamento por cenários: legitimidade científica e epistemológica do método Grumbach.** 2021.

SILVA, V. F. *et al.* **A comunicação pública da ciência nas editoras universitárias brasileiras: por uma (re) aproximação entre ciência e sociedade.** 2024.